

Arte: Diogo Lima/CLDF

Este mês a cidade vira palco, pela 47ª vez, do mais tradicional festival de cinema do País: o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Terreno fértil para a sétima arte, o Distrito Federal abrigou o primeiro festival do Brasil em 1967, apenas sete anos após a inauguração da cidade – cuja construção e nascimento foram registrados em película.

Holofotes especiais estarão direcionados para a produção cinematográfica local, que concorre a R\$ 200 mil em prêmios do Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal, em sua 19ª edição consecutiva. Os 17 filmes selecionados (*veja página 5*), de gêneros e temas variados, serão exibidos gratuitamente de 18 a 22 de setembro na Mostra Brasília, vitrine que evidencia ano a ano a tradição e a força do cinema da capital, tanto no que diz respeito ao público como no que se refere à qualidade das obras em projeção.

A escolha dos vencedores será feita pelo júri oficial, composto por três especialistas, e pelo júri popular, integrado pelo público que comparecer às sessões. Participe: o cinema de Brasília merece!

Especial **Um prêmio para o cinema brasiliense**

Páginas 4 e 5



 **Eleições 2014**
Páginas 6, 7 e 8 A disputa pela representação popular no Legislativo local **envolve 20 coligações e mobiliza a população**

Classificação indicativa de trailers deve observar a do filme da sessão



Fábio Rivas/CLDF

É lei

2

Como fica o Cine Drive-in com o projeto de reforma do autódromo?



Fábio Rivas/CLDF

Preservação

3

Mais de 1.000 candidatos disputam as 24 cadeiras da CLDF



Carlos Gandry/CLDF

Eleições

8

Regras para exibição de trailers nos cinemas de Brasília



A classificação indicativa do trailer deverá respeitar a do filme em cartaz

>> **Luís Cláudio Alves**

Imagine levar seus filhos pequenos para assistir a um lançamento de cinema infantil e se deparar com a exibição de trailers (chamadas) de filmes adultos com conotação sexual ou violência. Essa situação poderá ser evitada a partir de agora no Distrito Federal, com a sanção da Lei nº 5.388, de 12 de agosto de 2014, que determina que os trailers respeitem a mesma classificação indicativa da produção principal.

O autor da iniciativa, deputado Cristiano Araújo (PTB), se inspirou numa situação que vivenciou com sua própria família. Ele conta que foi assistir a um filme infantil e foi surpreendido com a transmissão de trailers com cenas impróprias para crianças. “Quando vamos ao cinema assistir a uma obra classificada como livre, não esperamos ser surpreendidos com cenas de caráter sexual ou violento, que podem causar constrangimento aos nossos filhos. Era preciso corrigir esta falha”, argumenta o distrital.

De acordo com a lei, os cinemas terão que garantir que os trailers tenham classificação indicativa igual ou inferior ao produto principal. Qualquer cidadão poderá fiscalizar o cumprimento da regra e apresentar denúncia de irregularidade junto a órgãos como as secretarias

da Criança; de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, e da Ordem Pública e Social; Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA-DF); conselhos tutelares e Ministério Público.

O descumprimento da proibição pode acarretar punições como advertência, multa em dinheiro, suspensão temporária das atividades, interdição do estabelecimento e até mesmo a cassação do alvará de funcionamento. “A ideia é corrigir essa falha, já que o conteúdo dos filmes e trailers deve ser de acordo com a faixa etária. Além disso, preservamos as famílias, os jovens e respeitamos quem não quer ver cenas deste tipo”, completou o parlamentar.

A lei já foi sancionada pelo governador Agnelo Queiroz, mas só entra em vigor a partir de 12 de novembro, 90 dias após sua publicação.

O que é classificação indicativa?

De acordo com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, a classificação indicativa dos conteúdos é um dos instrumentos para a regulação de entretenimentos produzidos e transmitidos pelas empresas de comunicação. A definição das faixas etárias adequadas está presente não só no cinema, mas também em programas de televisão e em outros conteúdos, como games.

Classificar indicativamente a programação dos diferentes tipos de mídia consiste em apontar conteúdos apropriados ou inapropriados para crianças e adolescentes, em consonância com suas faixas etárias e com seus lugares de inserção biopsicossocial.

De olho na classificação indicativa

L

Livre

São admitidos com essa classificação obras que contenham predominantemente conteúdos positivos e que não tragam elementos com inadequações passíveis de indicação para faixas etárias superiores a 10 anos, como os elencados abaixo:
Violência: Violência fantasiosa; presença de armas sem violência; mortes sem violência; ossadas e esqueletos sem violência.
Sexo e Nudez: Nudez não erótica.
Drogas: Consumo moderado ou insinuado de drogas lícitas.

10

Não recomendado para menores de 10 anos

Não recomendado para menores de 10 anos
Os seguintes conteúdos são admitidos:
Violência: Presença de armas com violência; medo/tensão; angústia; ossadas e esqueletos com resquícios de ato de violência; atos criminosos sem violência; linguagem depreciativa.
Sexo e Nudez: Conteúdos educativos sobre sexo
Drogas: Descrições verbais do consumo de drogas lícitas; discussão sobre o tema “tráfico de drogas”; uso medicinal de drogas ilícitas.

12

Não recomendado para menores de 12 anos

Os seguintes conteúdos são admitidos:
Violência: Ato violento; lesão corporal; descrição de violência; presença de sangue; sofrimento da vítima; morte natural ou acidental com violência; ato violento contra animais; exposição ao perigo; exposição de pessoas em situações constrangedoras ou degradantes; agressão verbal; obscenidade; bullying; exposição de cadáver; assédio sexual; supervalorização da beleza física; supervalorização do consumo.
Sexo e Nudez: Nudez velada; insinuação sexual; carícias sexuais; masturbação; linguagem chula; linguagem de conteúdo sexual; simulações de sexo; apelo sexual.
Drogas: Consumo de drogas lícitas; indução ao uso de drogas lícitas; consumo irregular de medicamentos; menção a drogas ilícitas.

14

Não recomendado para menores de 14 anos

Os seguintes conteúdos são admitidos:
Violência: Morte intencional; estigma/preconceito.
Sexo e Nudez: Nudez; erotização; vulgaridade; relação sexual; prostituição.
Drogas: Insinuação do consumo de drogas ilícitas; descrições verbais do consumo e tráfico de drogas ilícitas; discussão sobre “descriminalização de drogas ilícitas”.

16

Não recomendado para menores de 16 anos

Os seguintes conteúdos são admitidos:
Violência: Estupro; exploração sexual; coação sexual; tortura; mutilação; suicídio; violência gratuita/banalização da violência; aborto, pena de morte, eutanásia.
Sexo e Nudez: Relação sexual intensa.
Drogas: Produção ou tráfico de qualquer droga ilícita; consumo de drogas ilícitas; indução ao consumo de drogas ilícitas.

18

Não recomendado para menores de 18 anos

Os seguintes conteúdos são admitidos:
Violência: Violência de forte impacto; elogio, glamourização e/ou apologia à violência; crueldade; crimes de ódio; pedofilia.
Sexo e Nudez: Sexo explícito; situações sexuais complexas/de forte impacto (incesto, sexo grupal, fetiches violentos e pornografia em geral).
Drogas: Apologia ao uso de drogas ilícitas.

Preservação do Cine Drive-in em pauta

>> **Éder Wen**

Último cinema automotivo em funcionamento no País, o Cine Drive-in de Brasília tem ganhado cada vez mais atenção na mídia. O motivo? Rumores de que possa vir a ser demolido para ampliação do vizinho Autódromo Internacional Nelson Piquet (veja infográfico), que será preparado para receber etapas de competições internacionais, como a MotoGP e a Fórmula Indy.

O temor surgiu em decorrência da falta de informação oficial e pouca participação popular no projeto de reforma do autódromo, o que inspirou a formação de um movimento na cidade em defesa do Cine Drive-in. Nas redes

sociais, rapidamente foi organizado um abaixo-assinado virtual em apoio ao reconhecimento do espaço como patrimônio cultural do DF. Até o fechamento desta edição, mais de 6,5 mil pessoas haviam declarado apoio à causa.

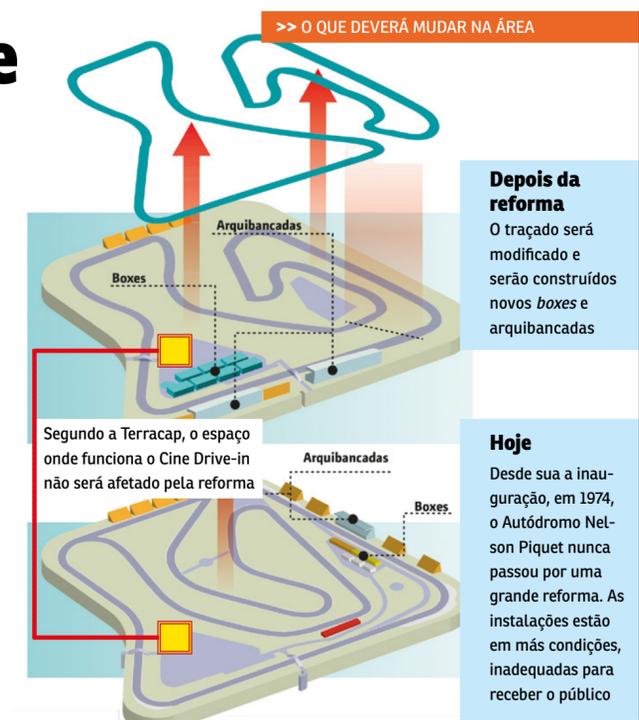
“O Cine Drive-in realmente corre risco sim, pois as decisões sobre a reforma do autódromo estão sendo tomadas sem qualquer transparência. Precisamos de garantias reais de que o espaço não será afetado”, defende Cristiano de Sousa Nascimento, do grupo *Urbanistas por Brasília*, responsável pelo abaixo-assinado.

Na petição, os signatários reivindicam a aprovação de um projeto de lei distrital que declara o Cine Drive-in como patrimônio cultural do DF.

Trata-se do PL nº 1.608/2013, proposto pela ex-deputada distrital Luzia de Paula (PEN). “Há uma relação afetiva da cidade com aquele espaço, além de sua importância social como opção de lazer para pessoas com mobilidade reduzida. O fato de ser o último em funcionamento no Brasil torna o Cine Drive-in ainda mais especial. Seria melancólico deixar esse cinema ser demolido sem qualquer discussão. A garantia de preservação do local trará mais segurança para os proprietários, que poderão investir em melhorias no Cine Drive-in, consolidando o espaço como um ponto turístico importante

>> Em tramitação na Câmara Legislativa

O PL nº 1.608/2013, proposto pela ex-deputada Luzia de Paula (PEN), encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa. A relatora do projeto na comissão é a deputada Eliana Pedrosa (PPS), que já apresentou parecer pela admissibilidade do PL. No dia 24 de junho foi concedida vista do projeto ao deputado Robério Negreiros (PMDB). Até o fechamento desta edição, o projeto ainda não havia voltado à pauta da CCJ. O Jornal Distrital apurou que há chance de rejeição da proposta pela CCJ, pois alguns parlamentares entendem que a competência para declaração de patrimônio cultural é privativa do Poder Executivo. Teme-se que, depois de aprovada, a lei seja declarada inconstitucional por vício de iniciativa.



>> O QUE DEVERÁ MUDAR NA ÁREA

Depois da reforma
O traçado será modificado e serão construídos novos boxes e arquibancadas

Hoje
Desde sua inauguração, em 1974, o Autódromo Nelson Piquet nunca passou por uma grande reforma. As instalações estão em más condições, inadequadas para receber o público

da capital”, conclui Cristiano.

Porém, de acordo com a Terracap, responsável pela reforma do autódromo, não há motivo para se preocupar com a manutenção do Cine Drive-in. A presidente da companhia, Maruska Lima, nega enfaticamente a possibilidade de demolição do espaço. “A reforma no autódromo não vai influenciar no espaço do Cine Drive-in, que permanecerá como local de entretenimento da cidade”, afirma.

A reforma planejada para o autódromo promete transformá-lo completamente, com um traçado novo e trechos de rua. Também deverão ser

construídas novas arquibancadas, ampliando a capacidade para 15 mil espectadores. Desde a sua inauguração, em 1974, o Autódromo Internacional Nelson Piquet jamais passou por grandes modificações. Hoje, na avaliação de frequentadores, carece de condições básicas para funcionar, como instalações adequadas para receber o público. “Não somos contra a reforma do autódromo, que realmente precisa ser revitalizado. Mas queremos transparência nesse processo para que a população saiba o que está acontecendo”, frisa o urbanista Cristiano Nascimento.

Arquitetura de Brasília inspira escultura para a Câmara Legislativa

>> **Denise Caputo**

As formas e curvas da arquitetura de Brasília serviram de inspiração para a artista plástica paulista Maria Pi Zampieri elaborar o projeto que venceu o concurso para a escolha de escultura a ser instalada na entrada principal da Câmara Legislativa. Partindo do tema “Democracia Representativa e Participativa”, Zampieri moldou seis elementos verticais, com recortes das cúpulas do Congresso Nacional e das colunas do Palácio do Planalto.

“Me inspirei em seis diferentes formas, como se fossem marcos de várias épocas e situações de nossa história, e criei as formas distintas e se diferenciando em tamanho e dimensão, como se fossem indivíduos com mentes e ideias diferentes, mas que, em conjunto, constituem a dinâmica da democracia”, explica a escultora de 58 anos que cursou Artes Plásticas e Educação Artística na Unaerp, em Ribeirão Preto (SP).

O maior elemento da obra vai ter quase seis metros de altura, e a artista vai receber R\$ 80 mil para executar o projeto, em aço carbono, a ser instalado diretamente no piso, como se brotasse da terra. “São marcos brotando do conceito simbólico da criação de Brasília sobre o Planelto Central, da força da semente eclodindo e gerando como frutos as várias formas de pen-

sar e agir dentro da dinâmica da democracia”, afirma Zampieri.

O concurso

O concurso público foi realizado em atendimento à legislação distrital que determina a instalação em todo edifício ou praça, com área igual ou superior a 1.000m², de alguma obra de arte (escultura, pintura, mural ou relevo escultórico). De alcance nacional, o certame foi realizado pelo Conselho Curador de Cultura da Câmara Legislativa. “O concurso é uma das formas de atrair a comunidade artística para se engajar na vida política da cidade e participar das decisões que lhes dizem respeito”, ressalta o presidente do Conselho, Andrés Ibarra.

A escolha da proposta vencedora foi feita por um júri de especialistas composto pelo arquiteto Carlos Madison Reis, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no DF; Hércules Ribeiro dos Santos, da Secretaria de Cultura do DF; e pesquisadora de arte Renata Azambuja, e os artistas José Eduardo Garcia e Miguel Simão.

Participação feminina

O projeto de Maria Pi Zampieri foi escolhido de forma anônima entre outros 11 inscritos. Na disputa, havia nove homens e três mulheres. “Me sinto or-



O projeto é assinado pela artista paulista Maria Pi Zampieri

gulhosa por ser mulher e escultora, por lidar com materiais que fazem parte, tradicionalmente, do universo masculino e transformá-los em arte, poesia e emoção”, disse Zampieri ao saber do resultado do concurso.

Assim, a Câmara Legislativa vai entrar para o ainda restrito rol de prédios públicos cuja obra de arte principal tem a assinatura de uma mulher. E por que isso é importante? “Num primeiro momento, poderíamos afirmar que a mulher artista conquistou seu espaço definitivamente no século XX, nas décadas de 60 e 70, e perpetuou essa igualdade nas décadas seguintes. No entanto, não foi o que aconteceu, pois a igualdade de tratamento entre homens e mulheres artistas não foi inteiramente estabelecida”, escreve a advogada com pós-graduação em Gestão Cultural, Priscilla Cruz Leal, em artigo sobre a desigualdade de gênero no mercado das artes.

Segundo levantamento feito pela

estudiosa, o acervo do Museu de Arte de São Paulo (Masp) contava, em 2008, com cerca de 380 obras assinadas por homens e 28 por mulheres. Na Bienal de 2010, foram apresentados trabalhos de 101 homens e de 47 mulheres. E no Museu Brasileiro de Escultura (Mube), entre 2009 e 2011, foram contabilizadas 18 exposições solo de homens e apenas seis de mulheres.

“Durante a pesquisa para o artigo, observei que o tema é pouco discutido e que, no geral, não percebemos a falta de artistas mulheres. Por conta disso, podemos concluir que temos poucas referências femininas nas artes”, lamenta.

Sobre o resultado do concurso de escultura para a CLDF, Priscilla elogia: “Sem dúvida, colocar uma mulher artista em destaque contribui para o debate do tema e para referências. Simbolicamente, acredito que traz a mulher como protagonista criadora e a coloca em igualdade com o homem criador”.

Mesa da Câmara Legislativa

Presidente: Wasny de Roure - PT
Vice-presidente: Agaciel Maia - PTC
1º Secretário: Eliana Pedrosa - PPS
Suplente: Lílilane Roriz - PRTB
2º Secretário: Prof. Israel Batista - PV
Suplente: Joe Valle - PDT
3º Secretário: Aylton Gomes - PR
Suplente: Cristiano Araújo - PTB
Corregedor: Patrício - PT
Ouvidor: Evandro Garla - PRB
Secretário-geral: George Burns

Coordenadoria de Comunicação Social

Coordenador: Pedro Arruda
Redação: Térreo Inferior
Horário de funcionamento: de 8h30 às 19h
Fone: (61) 3348-8282
Seção de Divulgação:
Denise Caputo
Seção de Relações com a Imprensa:
Bruno Sodré
Seção de Relações Públicas:
Selma Mendes Mesquita

Equipe do Jornal Distrital

Chefe de Reportagem: Denise Caputo
Editores: Denise Caputo e Éder Wen
Repórteres: Éder Wen, José Coury Neto, Luís Cláudio Alves, Marco Túlio Alencar, Zildenor Dourado e Zínia Araripe
Projeto gráfico: Diogo Lima
Fotografia: Carlos Gandra, Fábio Rivas, Sílvio Abdon e Rinaldo Morelli
Colaboração: Diogo Lima e Walter Rodrigues



Praça Municipal, Quadra 2
Lote 5, Edifício Sede
CEP: 70.094-902 - Brasília/DF
www.cl.df.gov.br

Um prêmio para o cinema brasileiro



Em 2002, Betse de Paula levou o Troféu Câmara Legislativa por *Celeste & Estrela*



Belmonte (de vermelho) recebeu o prêmio cinco vezes, como em 2003



O documentário *Barra 68*, de Vladimir Carvalho, abriu o festival em 2000 e ganhou o prêmio de melhor longa da Câmara Legislativa

Pela 19ª vez, a Câmara Legislativa contribui para a consolidação do cinema brasileiro ao premiar as melhores produções do DF no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro

>> Marco Túlio Alencar

Corria o ano de 1996 e o cinema brasileiro ainda vivia, embora mais brandamente, os efeitos do governo Collor, cuja principal consequência para o setor cinematográfico havia sido a queda vertiginosa da produção. Naquele momento, contudo, já se percebia sinais mais nítidos da “retomada”, como ficou conhecido o período de 1994 a 2002, quando o cinema nacional voltaria a entrar nos trilhos. Reflexos dessa situação foram sentidos pelo Festival de Brasília, então em sua 29ª edição, que, ao contrário de eventos anteriores, não necessitava mais “sair à caça” de diretores dispostos a inscrever seus filmes no certame, caracterizado por exigir o ineditismo das produções.

Também funcionava, no Distrito Federal, o Polo de Cinema e Vídeo Grande Otelo – único do País criado por lei (aprovada pela Câmara Legislativa em 1991) – que coproduziu e/ou apoiou dezenas de películas. O cinema também respirava os novos ares trazidos pela Lei de Audiovisual, que estava em processo de consolidação e, em Brasília, havia ainda as realizações dos alunos da UnB, que aumentavam vigorosamente.

Nesse cenário, os cineastas brasileiros se mobilizaram para reivindicar mais espaço para a produção local. Reunidos em entidades, principalmente em torno da Associação Brasileira de Cinema e Vídeo (ABCV), sugeriram à Câmara Legislativa a criação de um espaço para os filmes locais, cuja inspiração foi a Mostra Gaúcha – instituída pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul como uma competição paralela do Festival de Gramado –,

além de outras experiências.

Em resposta aos apelos e levando em conta o momento favorável do cinema brasileiro, foi criado o Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para películas produzidas pelos realizadores da cidade e exibidos durante o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. A ideia que norteou a instituição do prêmio foi a de reconhecer e incentivar os cineastas do DF, que davam mostras de sua força, criatividade e tenacidade.

“**Desde 1996 a CLDF já distribuiu R\$ 1,6 milhão em prêmios**”

No início, bastava ser uma produção brasileira, atestada pela ABCV, e inscrita no festival para, automaticamente, concorrer aos prêmios do Legislativo local – que sempre figuraram, em termos financeiros, entre os mais importantes do País. E o júri do próprio festival ficava incumbido de avaliar as películas locais. Situação essa que, posteriormente, mudou. Em sua 4ª edição, o Troféu passou a ter júri próprio, composto por três membros.

Essa medida também foi necessária devido ao número, sempre crescente, da produção, que contava com mais um incentivo: os prêmios em dinheiro da Câmara Legislativa (desde a primeira edição, em 1996, a CLDF distribuiu R\$ 1,6 milhão aos vencedores). Os diretores e produtores também passaram a ser instigados pela possibilidade de vencer o certame – o que traz repercussão positiva para a carreira dos concorrentes e ganhadores, além do surgimento de mais cursos de cinema e interessados pela fazer cinematográfico.

Mostra Brasília

Para comemorar a 10ª edição do prêmio, em 2005, a Câmara Legislativa realizou na principal sala da cidade – o Cine Brasília – uma mostra que

consolidaria o título “Mostra Brasília” como o espaço de exibição dos filmes do Distrito Federal no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Durante uma semana, o público pôde assistir a 29 das 30 produções que haviam sido premiadas com o Troféu Câmara até então. Foi uma possibilidade de conhecer (ou rever) um recorte de quase uma década de cinema da cidade.

À Mostra Brasília, nas edições seguintes do Festival, sempre compareceram centenas de pessoas, lotando os locais de apresentação – o Cine Brasília e a Sala Martins Penna do Teatro Nacional. Uma plateia calorosa, sempre pronta a se manifestar.

Ao longo das quase duas décadas do Troféu Câmara, percebe-se uma maior profissionalização dos cineastas brasileiros que estrearam na Mostra Brasília e hoje já figuram entre os grandes nomes do cinema nacional. É o caso, por exemplo, de José Eduardo Belmonte – que teve o maior número de filmes vencedores do prêmio, em curta e longa-metragem –; René Sampaio, cujo filme mais recente, “Faroeste Caboclo”, recebeu sete estatuetas no Grande Prêmio do Cinema Brasileiro; e Maria Augusta Ramos, que fez carreira internacional.

Também venceram o Troféu Câmara cineastas já consagrados, como João Batista de Andrade, Vladimir Carvalho e Manfredo Caldas, ou que teriam carreiras consolidadas a partir de então, a exemplo de Betse de Paula e Adirley Queirós. E aqueles cujos filmes estrearam na Mostra Brasília e, a seguir, também foram premiados em competições no Brasil e no exterior, como Fauston da Silva, diretor de “Meu Amigo Nietzsche” e “O Balãozinho Azul” – filmes que levaram os prêmios de melhor curta-metragem do júri oficial e júri popular, em 2012 e 2013.

>> Troféu Câmara Legislativa

Prêmios do Júri Oficial

Melhor longa-metragem: R\$ 80.000,00
Melhor curta-metragem: R\$ 30.000,00
Melhor direção: R\$ 6.000,00
Melhor ator: R\$ 6.000,00
Melhor atriz: R\$ 6.000,00
Melhor roteiro: R\$ 6.000,00
Melhor fotografia: R\$ 6.000,00
Melhor montagem: R\$ 6.000,00
Melhor direção de arte: R\$ 6.000,00
Melhor edição de som: R\$ 6.000,00
Melhor captação de som direto: R\$ 6.000,00
Melhor trilha sonora: R\$ 6.000,00

Prêmio do Júri Popular

Melhor longa-metragem: R\$ 20.000,00
Melhor curta-metragem: R\$ 10.000,00

Prêmios em parceria

Os filmes vencedores das categorias melhor longa-metragem e melhor curta-metragem (júri oficial) recebem, também, o prêmio CiaRIO – Centro de Infraestrutura Audiovisual: Melhor Longa-Metragem: prêmio CiaRIO no valor de R\$ 15 mil em locação de equipamentos de iluminação, acessórios e maquinaria da empresa Moviecenter. Melhor Curta-Metragem: prêmio CiaRIO no valor de R\$ 7 mil em locação de equipamentos de iluminação, acessórios e maquinaria da empresa Naymar.

Maior número de inscritos: **94 filmes (2012)**
Filmes premiados: **59**
Diretoras premiadas: **seis**
Filmes que receberam menções especiais: **cinco**
Diretor premiado mais vezes: **José Eduardo Belmonte (cinco filmes: dois curtas e três longas)**
Diretora premiada mais vezes: **Betse de Paula (três): um curta e dois longas**

Vitrine dos filmes locais

Foram selecionados quatro longas-metragens e 13 curtas-metragens (veja programação), em 2014, para disputar o 19º Troféu Câmara Legislativa, concorrendo a um total de R\$ 200 mil em prêmios. Os filmes, todos produzidos no DF, compõem uma programação distribuída em cinco sessões, de 18 a 22 de setembro, no Cine Brasília e em quatro cidades-satélites. No total a CLDF recebeu inscrições de 57 filmes, sendo 14 longas e 43 curtas-metragens.

A Mostra Brasília constitui um panorama da produção cinematográfica do DF no último ano (os filmes que serão exibidos foram finalizados a partir de agosto de 2013), e os vencedores serão conhecidos durante a cerimônia de encerramento do 47º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, no dia 23 de setembro.

Seleção – A comissão de seleção, formada por cinco especialistas com histórico de participação na vida cultural de Brasília – Graça Coutinho (produtora cultural); Gustavo Galvão (dire-

tor, roteirista e produtor); Laura Maria Coutinho (professora e pesquisadora de cinema); Mike Peixoto (professor e pesquisador de cinema); e Pablo Fagundes (músico e autor de trilhas sonoras) – contou com total autonomia para definir os filmes da mostra.

Os R\$ 200 mil em prêmios serão distribuídos entre os melhores filmes e dez categorias técnicas, como roteiro, fotografia e trilha sonora. O júri oficial é composto por três profissionais de renome: Marcélia Cartaxo (atriz e diretora); Maria do Rosário Caetano (jornalista e pesquisadora de cinema) e Sérgio Bazi (jornalista, cineasta e crítico).

O prêmio do júri popular foi criado em 2012, graças a uma parceria com a Secretaria de Cultura, que fornece a tecnologia para contagem dos votos dos espectadores que comparecem às sessões da Mostra Brasília. O prêmio é entregue aos vencedores nas categorias longa e curta-metragem. A cédula de votação é entregue antes das exibições.



Mostra Brasília

18 a 22 de setembro de 2014

Às 18h, Cine Brasília

Às 18h30, Sesc Ceilândia, Teatro de Sobradinho, CG do Gama e Teatro da Praça de Taguatinga

Filmes

Classificação Indicativa

>> Quinta-feira (18/09)

Doce de Goiabada, de Fernanda Rocha
Ficção, cor, digital, 13min, 2014

L

Jogos Indígenas, de Thiago Frade e Alexandre Magno (codireção)
Documentário, cor, digital, 24min, 2014

L

Submersa, de Lara Campedelli
Ficção, cor, digital, 14min, 2014

12

Fragments, de Adriana Vasconcelos
Ficção, cor, digital, 21min13, 2014

12

Rua J, de Gustavo Serrate
Documentário, cor, digital, 25min, 2014

16

O Último Cine Drive-in, de Iberê Carvalho
Ficção, DCP, 98min, Dolby Digital, cor, 2014

12

>> Sexta-feira (19/09)

Meio Fio, de Denise Vieira
Ficção, cor, digital, 20min, 2014

10

Jogo da Memória, de Jimi Figueiredo
Ficção, cor, digital, 85min, 2014

12

>> Sábado (20/09)

Nara, de Santiago Dellape
Ficção, cor, digital, 16min, 2014

14

ZIRIG DUM BRASÍLIA - A Arte e o Sonho de Renato Matos, de André Luiz Oliveira
Documentário, cor, digital, 76min, 2013/2014

10

>> Domingo (21/09)

Curio, de Tiago de Aragão
Documentário, cor, digital, 19min, 2014

L

Ácido Acético, Fauston da Silva
Ficção, cor, digital, 15min, 2014

L

Cine Drive-in – Cinema sob o céu, de Claudio Moraes
Documentário, cor, digital, 20min, 2014

L

Querido Capricórnio, de Amanda Devulsky
Ficção, cor, digital, 12min28, 2014

L

Crônicas de uma cidade inventada, de Luísa Caetano
Documentário, cor, digital, 25min, 2014

16

>> Segunda-feira (22/09)

À Mão Armada, de Afonso Serpa
Animação, cor, digital, 11min30, 2014

16

Branco sai. Preto Fica, de Adirley Queirós
Documentário, cor, digital, 93min, 2014

12

Câmara Legislativa: consolidação da autonomia política do DF



Promulgação da Lei Orgânica do DF, em 8 de junho de 1993: o Distrito Federal ganha sua constituição local

Alguns exemplos de iniciativas pioneiras lançadas pela Câmara Legislativa são o fim do voto secreto, a exigência de ficha limpa para todos os servidores da Casa e o fim do 14º e 15º salários para os deputados

>> José Coury Neto

A Câmara Legislativa do Distrito Federal é o órgão de representação do Poder Legislativo local. Uma das mais novas casas legislativas do País, foi instituída pela Constituição de 1988, mas as primeiras eleições para escolha dos deputados distritais foram realizadas em 1990 e a posse dos parlamentares da primeira legislatura ocorreu em 1º de janeiro de 1991, data da instalação oficial da CLDF.

Uma das marcas do Legislativo local é a inovação. Muitas leis propostas e aprovadas pela Casa vêm servindo de inspiração para outras casas legislativas de todo o Brasil. Alguns exemplos de iniciativas pioneiras lançadas pela Câmara Legislativa são o fim do voto secreto, a exigência de ficha limpa para todos os servidores da Casa e

o fim do 14º e 15º salários para os deputados.

A denominação "Câmara Legislativa" revela a competência diferenciada do Legislativo local. O Distrito Federal acumula as competências legislativas estaduais e municipais. Daí porque no ato de criação da Casa não foi adotado o nome Assembleia Legislativa, como nos estados, ou Câmara dos Vereadores, como nos órgãos legislativos municipais brasileiros. O nome Câmara Legislativa é assim uma junção das denominações dos poderes legislativos estaduais e municipais.

A Câmara Legislativa conta com 24 deputados distritais, eleitos de quatro em quatro anos. Esse número corresponde ao triplo do número de deputados federais do DF. A missão dos parlamentares é transformar as aspirações da população brasiliense em normas que regulem as relações dos cidadãos entre si e com os poderes constituídos.

Histórico

Brasília surgiu como um apêndice do Governo Federal, sem autonomia econômica ou política. Prefeitos nomeados diretamente pelo presidente da República administravam a cidade-sede do governo, sem representa-



O acompanhamento de votações importantes pelos cidadãos é garantia de transparência

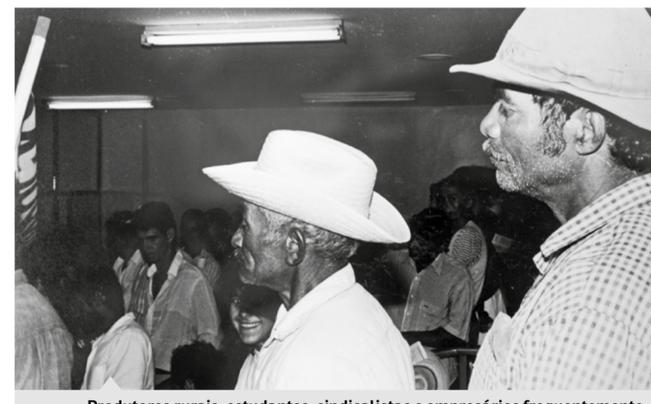
ção parlamentar. Em 1960, em plena democracia, Brasília nasceu "cassada", seguindo o antigo modelo de município neutro, como antes da fundação da nova capital. Trinta anos se passaram até que o cidadão brasiliense tivesse o direito de escolher seus governadores e legisladores.

A autonomia política do Distrito Federal foi conquistada após intensa luta. Já em 1962, uma emenda constitucional estabelecia competência ao Congresso Nacional para "fixar a data das primeiras eleições de representantes do DF no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Câmara Legislativa e exercer, até a instalação desta, a função legislativa nos assuntos de

competência do Distrito Federal".

Apesar dessa determinação legal, o Legislativo do DF não foi criado naquele ano e nem foram marcadas as datas para a escolha dos nossos representantes no Senado e na Câmara dos Deputados. O prefeito do antigo Distrito Federal governava e ao mesmo tempo exercia a função de legislador.

No início, para que a nova capital tivesse um órgão que cuidasse das leis que iriam reger a vida de seus habitantes, o Senado criou a Comissão do Distrito Federal, composta por sete senadores. A constituição de 1967 confirmou a atribuição dessa comissão para discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, ser-



Produtores rurais, estudantes, sindicalistas e empresários frequentemente vêm à Câmara Legislativa expor reivindicações

Desde a inauguração da capital até a criação da CLDF, Brasília dependeu da esfera federal

viços públicos e de pessoal da administração do DF. Por 28 anos, a Comissão exerceu funções que seriam da Câmara Legislativa. Em todo esse tempo, os habitantes do DF votaram apenas uma vez – para presidente da República.

Durante três décadas, a luta pela autonomia política sempre mobilizou a sociedade do DF,

numa manifestação democrática que rendeu os primeiros frutos em 1985, quando o Congresso Nacional aprovou emenda constitucional garantindo aos cidadãos daqui o direito de eleger congressistas. Assim, os brasilienses exerceram o direito básico de votar apenas em 1986, com a eleição de oito deputados federais e três senadores para representar o DF no Congresso Nacional. Em 1990, o Distrito Federal teve seu primeiro governador eleito e também seus 24 deputados distritais. A autonomia política tornou-se realidade em 1º de janeiro de 1991, com a instalação da Câmara Legislativa.

Qual é a função do Legislativo local?

Os papéis exercidos pela Câmara Legislativa revelam a importância do Poder Legislativo local na condução e consolidação dos processos democráticos no DF. A exemplo das demais casas legislativas brasileiras, a Câmara exerce três funções principais: representar a população, elaborar e alterar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O Legislativo, por sua própria natureza, é o mais democrático dos poderes. Quanto mais organizada e exigente for a sociedade, mais a atuação do Legislativo será capaz de corresponder à expectativa dos cidadãos por meio de leis que conciliem ideologias e interesses contraditórios. Portanto, quanto mais consciente for a escolha dos deputados distritais e maior a fiscalização popular na atuação parlamentar, melhor será a Câmara Legislativa.

Falta participação popular

Para o cientista político Denilson Bandeira Coelho, da Universidade de Brasília (UnB), a função mais importante do Poder Legislativo é a de representação, mas há evidente necessidade de se ampliar e disponibilizar mecanismos de controle social. Segundo ele, a população tem a prerrogativa de eleger seus representantes, mas após as eleições deixa de acompanhar e controlar os trabalhos dos parlamentares, o que é uma falha no nosso sistema democrático. Por falta de mecanismos, esse acompanhamento é feito de forma indireta pela mídia e por organizações não-governamentais.

Denilson Bandeira ressalta que é obrigação do Poder Legislativo desenvolver meios institucionais que facilitem ao máximo o acesso da população aos trabalhos legislativos desenvolvidos por seus representantes. Ele observa que o eleitor do DF tem alto grau de escolaridade, é bem

informado e deveria participar mais da atuação parlamentar de seus representantes.

"Há uma grande contradição nesse processo, o que pode enfraquecer a democracia. O cidadão tem o poder de escolher seus representantes, mas em geral não conhece o funcionamento da casa legislativa, nem os trâmites das proposições que podem ser convertidas em leis ou como pode ser feito o acompanhamento do orçamento público. Assim, ele acaba visualizando somente o desempenho individual do parlamentar que elegeu, o que acaba por enfraquecer a democracia", acrescenta o cientista político.

O professor concorda que a mudança da CLDF para sua nova sede, no Eixo Monumental, facilitou o acesso da população ao Poder Legislativo. Porém a Casa deve eliminar entraves burocráticos para o ingresso dos cidadãos no prédio, além de disponibilizar informações em todos os meios possíveis como TV, rádio, e-mail, Internet, redes sociais, veículos de comunicação próprios e outros meios que viabilizem o necessário controle social do Legislativo pela população.

O que faz o deputado distrital?

O deputado distrital é o representante do povo do DF na Câmara Legislativa. Seu papel é o de fiscalizar a atuação do Poder Executivo (governador, secretários e administradores regionais), julgar as contas do governo e legislar sobre temas de competência do DF. Além disso, é dever do parlamentar proteger o bem comum de toda a sociedade e praticar a ética na política. Os deputados distritais são responsáveis por discutir e votar projetos que afetam toda a sociedade, como os de regularização fundiária, de ordenamento territorial e os que dizem respeito aos servidores públicos locais.

Conheça a Câmara Legislativa

Desde agosto de 2010, a Câmara Legislativa funciona em sua sede definitiva. O novo prédio possui amplos espaços abertos às manifestações da população do DF. O local é de fácil acesso, no Eixo Monumental, em frente ao Palácio do Buriti e ao lado do Tribunal de Justiça do DF.

O coração político do Legislativo distrital é o plenário, palco de discussões e votações de matérias, após a tramitação nas comissões. Qualquer cidadão pode acompanhar as sessões desde a galeria do plenário, que costuma lotar em dias de votação de matérias importantes, como as que alteram planos de carreira de servidores públicos, por exemplo.

A Casa conta também com um amplo auditório, muito utilizado para a realização de audiências públicas, sessões solenes e seminários.



Para agendar visitas guiadas à sede da Câmara Legislativa, entre em contato com a Seção de Relações Públicas: (61) 3348-8286 ou pelo e-mail serep@cl.df.gov.br

Cultura

A Casa dispõe de um conselho curador encarregado de aprovar a agenda de utilização dos seis espaços culturais em funcionamento na sede da Câmara Legislativa. Periodicamente, a CLDF realiza projetos como o "Música na Câmara", com apresentações de músicos e orquestras da cidade, e o "Câmara, Cidades e Memória", que expõe fotografias, mapas e documentos históricos das cidades do DF. A Casa abriga também exposições de quadros, esculturas, artesanatos e outros trabalhos de artistas do Distrito Federal.



A concorrência nessas eleições é de 42 candidatos por cadeira da Câmara Legislativa

Eleições renovam a CLDF e mobilizam a população

>> **Zildenor Dourado**

A disputa por uma das 24 cadeiras da Câmara Legislativa está acirrada. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), órgão responsável pela realização e fiscalização do pleito, nas próximas eleições mais de mil candidatos vão concorrer nas urnas aos 24 lugares no plenário da Casa, que representa a população de todo o Distrito Federal. A concorrência, segundo o tribunal, é de aproximadamente 42 candidatos por vaga, número que poderá ser alterado após o julgamento de candidaturas impugnadas.

A disputa pela representação popular no Legislativo envolve 20 coligações e mobiliza boa parte da população. É a hora de líderes comunitários, sindicalistas, estudantes e empresários apoiarem aqueles candidatos que melhor representam suas reivindicações. Como em todo pleito, essa é a época em que se acirram os debates de propostas e ideias sobre os temas relevantes de interesse da sociedade.

Para garantir a realização do pleito com eficiência e rapidez, deverão ser utilizadas 6.663 urnas eletrônicas no DF. Uma inovação nestas eleições é a identificação biométrica dos eleitores. A medida tem como objetivo oferecer mais segurança ao processo eleitoral ao garantir que cada eleitor vote apenas uma vez, evitando-se fraudes. Por se tratar de um novo procedimento, é provável que o eleitor gaste mais tempo para votar, embora a previsão do TRE seja de que cada eleitor leve, em média, dois minutos no total para votar nos candidatos a deputado distrital, deputado federal, senador, governador e presidente.

Outra novidade destas eleições é a possibilidade do voto em trânsito, apenas para o cargo de presidente da República. O prazo para requerer esse direito encerrou-se no dia 21 de agosto. Quem optou por essa modalidade poderá votar apenas para presidente, em qualquer município brasileiro com mais de 200 mil habitantes. Os votos para os demais cargos ficam automaticamente justificados.

De acordo ainda com os dados do TRE, há 1.897.677 eleitores aptos a votar no Distrito Federal. Nas eleições passadas,

em 2010, o tribunal contabilizou 1.833.942 eleitores, o que aponta um crescimento do eleitorado de 3,36% de lá para cá.

Além dos servidores do quadro do Tribunal, 26.676 mesários irão auxiliar a Justiça Eleitoral nos dois dias de eleições – 5 de outubro e 26 do mesmo mês, esta última data reservada para o caso de segundo turno na disputa para os cargos do Poder Executivo, que ocorre quando nenhum candidato conquista mais do que 50% dos votos válidos. Os votos serão colhidos em 6.663 seções, nas 598 zonas distribuídas por todo o DF. Depois do Plano Piloto, Ceilândia é a cidade com maior número de eleitores.

Fiscalização

A fim de garantir a lisura das eleições, o TRE informa que conta com equipes de fiscalização nas ruas para flagrar candidatos que desrespeitem as regras da propaganda eleitoral. Para julgar eventuais abusos foi criada uma comissão de fiscalização, composta por três juízes, que analisa todas as denúncias recebidas e aquelas trazidas por rondas periódicas, inclusive noturnas, por todo o DF.

Quociente eleitoral

Antes da votação, convém saber que, ao optar por um candidato aos cargos de deputado distrital e deputado federal, o eleitor manifesta sua preferência não apenas por um representante, isoladamente. Em virtude do sistema de quociente eleitoral, o voto direciona-se para a coligação do candidato. As cadeiras serão, assim, distribuídas de acordo com o número de vagas que cada coligação obtiver nas urnas, observando-se a lista interna dos mais votados. Assim, em muitos casos o voto direcionado a um candidato acaba elegendo outro de sua coligação.

Crimes eleitorais podem ser punidos com multas e até prisões

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou resolução específica para as eleições deste ano que prevê medidas a serem adotadas pelos agentes públicos a fim de garantir mais rigor no cumprimento da legislação, com

ênfase na repressão aos crimes eleitorais.

Conforme instrui o TSE, as denúncias de crime eleitoral podem ser feitas verbalmente ou por escrito por qualquer pessoa. Caberá à autoridade policial informar imediatamente ao juiz eleitoral competente as eventuais ocorrências. Quem for flagrado praticando crime eleitoral poderá ser preso, salvo quando se tratar de crime de menor potencial ofensivo.

Até o fechamento desta edição, mais de 40 toneladas de materiais de propagandas irregulares foram apreendidas.

O que pode e o que não pode durante as eleições

Permitido

Panfletos: A responsabilidade da produção deve ser do candidato, do partido ou da coligação. Deve constar o número do CPF ou CNPJ do responsável e tiragem.

Placas, cavaletes e faixas: Permitidas nas vias públicas, das 6h às 22h. Não podem atrapalhar o trânsito de veículos e de pedestres nem podem ser afixadas em postes ou árvores. Tamanho máximo de 4m².

Carros de som, passeatas e carreatas: Permitidas até as 22h da véspera da eleição (5 de outubro, 1º turno, e 26 de outubro, 2º turno).

Proibido

Outdoors: Qualquer placa com mais de 4m² está proibida. Também não é permitido efeito de iluminação.

Brindes: A legislação proíbe a fabricação e a distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas e demais brindes com o nome do candidato.

Internet: É vedada a veiculação de propaganda eleitoral paga na Internet.

Transporte e alimentação: Partidos e candidatos não podem fornecer alimentação ou transporte para os eleitores nos dias de votação.

Você pode denunciar abusos contra a legislação eleitoral. TRE-DF: (61) 3048-4000

O que esperar dos novos distritais ?

“Espero que os novos deputados distritais possam tirar os agricultores da marginalidade, pois somos tratados como intrusos e não temos direito de ser proprietários das nossas terras, onde produzimos. Se fosse uma fábrica de pregos, não teria problema para regularizar. Infelizmente, parece que ninguém se preocupa com as questões do meio rural”.

Moacyr Pereira Lima, 86 anos, produtor rural



“Minha expectativa é que os futuros deputados distritais garantam a contratação de concursados para o metrô a fim de melhorar a segurança. A polícia metroviária precisa ser reforçada, por exemplo”.

Mônica Archanjo Carneiro, 34 anos, servidora do Metrô-DF



“A Câmara Legislativa precisa de novos políticos, com novos planos e que não sejam corruptos. Espero mais atenção à saúde, que está muito precária. Acho que os deputados distritais precisam ajudar a resolver também a questão dos medicamentos, que estão sempre faltando”.

Nilton Douglas, 21 anos, estudante



“Espero que os deputados sejam mais honestos com as promessas que eles fazem e que sejam mais coerentes também, trabalhando de acordo com a realidade. É melhor se preocupar com o arroz com feijão, e fazer isso bem feito”.

Nayara Guedes, 23 anos, estudante



“A saúde pública está em estado crítico: levei o meu filho ao hospital e não atenderam, mandaram preencher uma ficha e ir embora. O Legislativo tem que se aproximar mais da população e ouvir o povo”.

Celso Cardoso Leite, 20 anos, vendedor ambulante

